

ARROZ E MANDIOCA NA MICRORREGIÃO DA BAIXADA MARANHENSE: Os contrastes na produção e seus impactos socioeconômicos

RICE AND CASSAVA IN THE BAIXADA MARANHENSE MICROREGION: Contrasts
in production and their socioeconomic impacts

118

Thiago Ronyerisson Silva Costa

ronyrm@hotmai.com

UEMA - São Luiz – Brasil

Igor Breno Barbosa de Sousa

iggor_breno@hotmail.com

UEMA- São Luiz – Brasil

José Sampaio de Mattos Junios

sampaio.uema@gmail.com

UEMA - São Luiz – Brasil

Submetido em 28 de setembro de 2019

Aceito em 19 de março de 2021

Resumo

A produção agrícola, na microrregião da Baixada Maranhense, é formada majoritariamente pela agricultura familiar e possui mais de três terços de sua área destinada aos cultivos das culturas de arroz e mandioca, contudo, observou-se nos últimos anos contrastes e queda na área e na produção de ambas as culturas. Com isso, o presente artigo se propõe a analisar os impactos

socioeconômicos decorrente do contraste na produção das culturas de arroz e mandioca na microrregião da Baixada Maranhense. A pesquisa baseou-se no método materialismo histórico e dialético, além disso, foram utilizados a bibliografia especializada no tema e com a abordagem quantitativa utilizou-se os dados secundários e *softwares* de tabulação, confecção de mapas e gráficos. Os resultados obtidos evidenciam a Baixada Maranhense como sendo a microrregião que concentra o maior número de pessoas ocupadas na agricultura familiar e a maior produção de culturas ligadas ao autossustento no estado e, ainda assim, as oportunidades se traduzem, atualmente, na participação dos pequenos agricultores nos novos canais de comercialização. Por fim, evidencia-se o aumento relativo da produção e área destinada ao cultivo da cultura da mandioca em relação a cultura do arroz, resultado de problemas da limitação das terras agricultáveis pertencente aos pequenos agricultores.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Arroz; Desenvolvimento; Mandioca

Abstract

Agricultural production in the micro-region of Baixada Maranhense is mostly made up of family farming and has more than three-thirds of its area devoted to the cultivation of rice and cassava, however, in recent years, contrasts and declines have been observed in the area and in the production of both crops. Thus, this article aims to analyze the socioeconomic impacts resulting from the contrast in the production of rice and cassava crops in the micro-region of Baixada Maranhense. The research was based on the historical and dialectical materialism method, in addition, the bibliography specialized in the subject was used and, with the quantitative approach, secondary data and tabulation software, making of maps and graphs were used. The results obtained show the Baixada Maranhense as the micro-region that concentrates the largest number of people employed in family farming and the largest production of crops related to self-sustainment in the state, and even so, the opportunities are currently reflected in the participation of small farmers in the new sales channels. Finally, there is evidence of the relative increase in production and area destined to the cultivation of cassava in relation to rice cultivation, as a result of problems with the limitation of arable land belonging to small farmers.

Keywords: Family farming; Rice; Development; Cassava

Introdução

A produção agrícola na microrregião da Baixada Maranhense, é formada em grande parte pela agricultura familiar, o cultivo ocorre por meio do tradicional sistema de corte e queima da vegetação para implementar os roçados, técnica conhecida como “roça do toco”, pertencente ao processo de produção. Segundo dados da Produção Agrícola Municipal (PAM)

realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a microrregião da Baixada Maranhense possui uma área total de 28.514ha destinados a agricultura, onde destacam-se o cultivo das culturas do milho, feijão, melancia, cana-de-açúcar, arroz e mandioca, estas duas últimas responsáveis por mais da metade da área plantada (ha) e da quantidade produzida (t).

A cultura da mandioca ou macaxeira (termo muito utilizado na microrregião) caracteriza-se como forte e tradicional na Baixada Maranhense, sendo cultivada principalmente para a produção de farinha d'água, entretanto, o processo produtivo ocorre de forma rústica nas tradicionais casas de farinha. Verifica-se que a segurança alimentar e nutricional na produção de derivados da mandioca é indispensável para os pequenos produtores, pois contribui para o sustento de suas famílias e a obtenção de renda por meio da venda do excedente produzido, destinado a fabricação de farinha, tapioca, sequilhos, bolos, doces entre outros tipos de alimentos. O cultivo da mandioca garante retorno para as famílias produtoras, por ser uma cultura que possui forte adaptação edafoclimática na microrregião, com período de colheita flexível, sendo uma opção de cultivo de alta popularidade entre os agricultores locais, dado que a produção na microrregião é de 0,13kg por pessoa/ano (PAM/IBGE, 2019; IBGE, 2020).

Por sua vez, o arroz é cultivado na microrregião por meio da técnica de policultura, destacando-se o consórcio com o milho e o feijão, sendo pouco frequente o cultivo isolado, esta técnica permite o uso do terreno para cultivar várias culturas e maximizar a quantidade de terra a ser utilizada. As características morfológicas da Baixada Maranhense contribuem para que o arroz seja cultivado em terras baixas, caracterizando a agricultura de vazante, que destaca-se perante outras técnicas de cultivo, em decorrência dos solos serem relativamente mais férteis. O cultivo de arroz apresenta baixa utilização de insumos químicos, pois grande parte é cultivado pela agricultura familiar com o uso de instrumentos simples e em pequenos estabelecimentos rurais.

Desse modo, a produção de arroz na microrregião é destinada ao sustento das famílias produtoras e o seu excedente é negociado de forma isolada ou junto às cooperativas, tendo parte da produção beneficiada em outros estados, retornando ao Maranhão como produto

industrializado e destinando-se ao consumo humano. Diante desse contexto, em termos relativos a área e a quantidade produzida para cultura da mandioca, esta vem apresentando maior participação quando comparada a cultura do arroz. Entretanto, em termos absolutos observa-se que a área destinada e a quantidade produzida para todas as culturas ligadas a agricultura familiar na microrregião, com destaque para o arroz e a mandioca, apresenta queda para o período entre 2010 e 2019.

A partir disso, ressalta-se que a maior participação do cultivo da mandioca está ligada ao menor custo para tratamento da terra, plantio e colheita; adaptação ao solo da região; fácil aceitação do seu produto principal no mercado, a farinha d'água, além da maior facilidade de produção e diversificação de seus produtos quando comparada ao arroz. Diante deste agravo, percebe-se que os pequenos produtores enfrentam problemas ligados a ausência de políticas públicas voltadas para o fortalecimento da produção, baixa produtividade, acesso a linhas de financiamento e o avanço da área destinada a pecuária extensiva como fatores que influenciam diretamente a queda na participação dos pequenos produtores na produção agrícola da Baixada Maranhense, sendo esta a microrregião maranhense responsável pelo maior número de pessoas empregadas na agricultura familiar.

Neste contexto, acredita-se que o estudo e a compreensão da temática abordada, visa contribuir como conhecimento acerca dos fatores que influenciam o contraste na produção das culturas de arroz e mandioca nos últimos dez anos, conforme dados da PAM/IBGE (2019) para a microrregião da Baixada Maranhense, além dos métodos e técnicas utilizadas para o cultivo destas culturas. Com isso, o estudo visa disponibilizar informações a sociedade acerca da produção do arroz e da mandioca e sua importância para o desenvolvimento socioeconômico da região e para os pesquisadores, este que passam a dispor de informações baseadas em pesquisas de cunho bibliográfico.

Assim, para compreender o fenômeno em análise e chegar ao objetivo proposto, o presente artigo parte do seguinte problema: quais fatores influenciam os contrastes da produção das culturas de arroz e mandioca na microrregião da Baixada Maranhense? Tal questionamento,

há de requerer tanto uma revisão bibliográfica quanto a utilização de instrumentos de coleta de dados secundários. A partir disso, buscamos analisar os impactos socioeconômicos decorrente do contraste na produção das culturas de arroz e mandioca na microrregião da Baixada Maranhense, com isso, a utilização do método Materialismo Histórico e Dialético fez-se importante, pois para Marx (2008, p. 40):

[...] nenhuma produção é possível sem um instrumento de produção, embora esse instrumento não fosse senão a mão; sem trabalho passado, acumulado, embora esse trabalho fosse somente a destreza que o exercício repetido desenvolvera e concentrara na mão do selvagem. O capital, entre outras coisas, é também um instrumento de trabalho, é trabalho passado, objetivado. Logo, o capital é uma relação natural, geral, pois separa precisamente o que é específico e o que do "instrumento de produção", do "trabalho acumulado", se torna capital.

A abordagem utilizada na pesquisa foi a quantitativa, para obter informações que possibilitem articular estratégias, e com isso buscar minimizar tal problemática. De acordo com Fonseca (2002, p. 168) “as respostas da investigação quantitativa podem ser calculadas”. Como os padrões, em geral, são amplos e vistos como específicos das variáveis em investigação, os resultados são tomados como se estabelecessem um retrato concreto de todos os dados envolvidos na pesquisa (Ibidem, p. 168).

Se utilizou ainda de dados do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA/IBGE), com resultados da Produção Agrícola Municipal (PAM) junto aos *softwares* de tabulação de dados e confecção de gráficos Microsoft Excel versão 2019, além do QGIS para elaboração dos mapas e o Adobe Illustrator para o tratamento gráfico destes. Esse conjunto de procedimentos, permitiu a análise dos dados acerca do cultivo e produção das culturas de arroz e mandioca e dos estabelecimentos ligados a agricultura familiar e agricultura não familiar para o período que compreende os anos de 2010 e 2019. Desse modo, abrimos a possibilidade de elaborar um banco de dados que faculta a disponibilidade de informações pertinente aos dados agropecuários da microrregião da Baixada Maranhense.

Por fim, para que o presente artigo atinja o objetivo proposto destaca-se como necessário a contextualização acerca das teorias, livros, artigos e teses existentes, do qual sua aplicação dar-se-á pela consistência técnica a este trabalho. Neste sentido, é requerida uma abordagem aos seguintes temas: a agricultura familiar, as principais culturas agrícolas da Microrregião da Baixada Maranhense, os fatores que evidenciam o contraste na produção e os impactos socioeconômicos, estes que entende-se em conjunto ser o caminho para a análise do problema suscitado nesta pesquisa.

Breves considerações sobre a agricultura familiar

O contexto acerca das definições da agricultura familiar no Brasil inicia-se de forma democrática a partir de 1980 com o fim da ditadura militar. Embora, as discussões e expectativas tenham sido mitigadas pela aprovação de ferramentas antirreformistas durante a Constituinte de 1988 e a um outro nível, ligado aos efeitos da política neoliberal dos anos de 1990 adotado pelo Estado. Dessa forma, os benefícios concedidos ao agronegócio frente a agricultura de base familiar ocorrem de forma desigual, com isto, a unificação dos pequenos produtores como agricultores familiares representou uma manifestação política perante o Estado (MESQUITA, 2011; SOUSA, 2020).

Em meio a essas questões, o reconhecimento da agricultura familiar no Brasil emana de três modelos principais, distintos, mas que se complementam. O primeiro, relaciona a importância política e os atores que constituem seus representantes, como a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF) como organização específica da agricultura familiar e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), que nos anos 1990, passou a fazer uso da categoria agricultor familiar; a segunda, refere-se ao reconhecimento institucional facultado pela definição de espaços no Estado, elaboração de políticas públicas e pela Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Por fim, a terceira advém do trabalho para retrair conceitos negativos a este modelo de

agricultura (PICOLOTTO, 2015).

Isto posto, assegura-se o papel da agricultura familiar em seu contexto histórico para o desenvolvimento do Brasil e sua contribuição para o desenvolvimento econômico e social, o qual destaca-se a produção de alimentos e o fortalecimento da soberania alimentar. A partir disso, Schneider (2018) afirma que algo semelhante vem ocorrendo com as pesquisas acerca das relações de trabalho e os sistemas de produção na agricultura familiar, e as análises em relação ao modelo de uso da terra e forma de propriedade, para garantir ao Brasil a resolução de seus problemas com os processos de segurança alimentar e a redistribuição de alimentos.

Neste contexto, destaca-se a sistematização da agricultura familiar frente as relações de trabalho, uso da terra e desenvolvimento socioeconômico. Para Picolotto (2015), é por meio da luta simbólica movida pelo sindicalismo, por setores acadêmicos e do próprio Estado que a agricultura familiar passou a ser associada com adjetivos considerados positivos, tais como: moderna, eficiente, sustentável, compassiva e produtora de alimentos. Tais reversões de valores estão estreitamente vinculadas ao processo de construção da agricultura familiar, enquanto modelo de agricultura do tempo presente e do agricultor familiar, como personagem político.

Em vista disso, Schneider (2018) argumenta que o resgate analítico do sentido acadêmico, político e social nas relações de trabalho do meio rural e do estudo das sociedades e grupos que hoje vivem fora dos centros urbanos não assentam-se mais diante das mesmas bases do passado, intentando que este tema implica usualmente a discutir a produção agropecuária, os sistemas de produção, o comércio e as trocas agrícolas, a tecnologia, a estrutura fundiária e a inversão de capital.

Neste caso, a produção deste conjunto de atores e o reconhecimento que alcançaram, enuncia que a definição atual da categoria agricultura familiar é resultado de um trabalho de construção política e de sentidos realizada nos embates travados em um "campo de forças" em que atuaram atores diversos, como da academia, do Estado e de organizações que apresentam-se como representantes dos pequenos agricultores ou de parte deles, ao mesmo tempo em que são construtores de modelos de exploração na agricultura e de visões de mundo (PICOLOTTO,

2015). Assim, faz-se necessário explicitar-se o conceito de agricultura familiar, onde:

[...] a **gestão**, a **propriedade** e a maior parte do trabalho vêm de **indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento**. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional é perfeitamente compreensível. A definição de agricultura familiar, para fins de atribuição de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos estão presentes em todas elas. (SCHNEIDER 2012, p. 41 *apud* ABRAMOVAY, 1997, p. 3, grifo nosso).

Seguindo-se este conceito, a agricultura configura-se como sendo essencial para o desenvolvimento socioeconômico, assim como, o pequeno produtor rural em regime de agricultura familiar é um dos responsáveis por atender a demanda crescente por alimentos e como ressalva, também é responsável pela produção de 70% dos alimentos que estão em nossas mesas (GABOARDI JUNIOR, 2013). Cabe lembrar que o termo agricultura familiar aqui utilizado refere-se ao definido pela Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, em que se estabelece critérios para a sua definição e permite sua inserção nas estatísticas oficiais. Por isso, Junqueira e Lima (2008), afirmam que o setor rural apresenta especificidades e, na atualidade confronta com problemas referentes a continuação da linha hereditária dos pequenos produtores rurais, os quais reivindicam a aplicação de políticas públicas voltadas ao setor.

Isto posto, a categoria de pequenos produtores rurais caracteriza-se como fundamental ao desenvolvimento da economia regional, estadual e nacional e a implementação e o fortalecimento das políticas públicas são essenciais para o desenvolvimento do setor agrário, principalmente para os pequenos produtores que executam o labor em regime de agricultura familiar (GEHLEN, 2004). Entre outras palavras, a agricultura familiar em conjunto à aplicação de políticas públicas por meio de programas sociais, representa uma importante via de segurança alimentar e nutricional para um país que volta a figurar no Mapa da Fome.

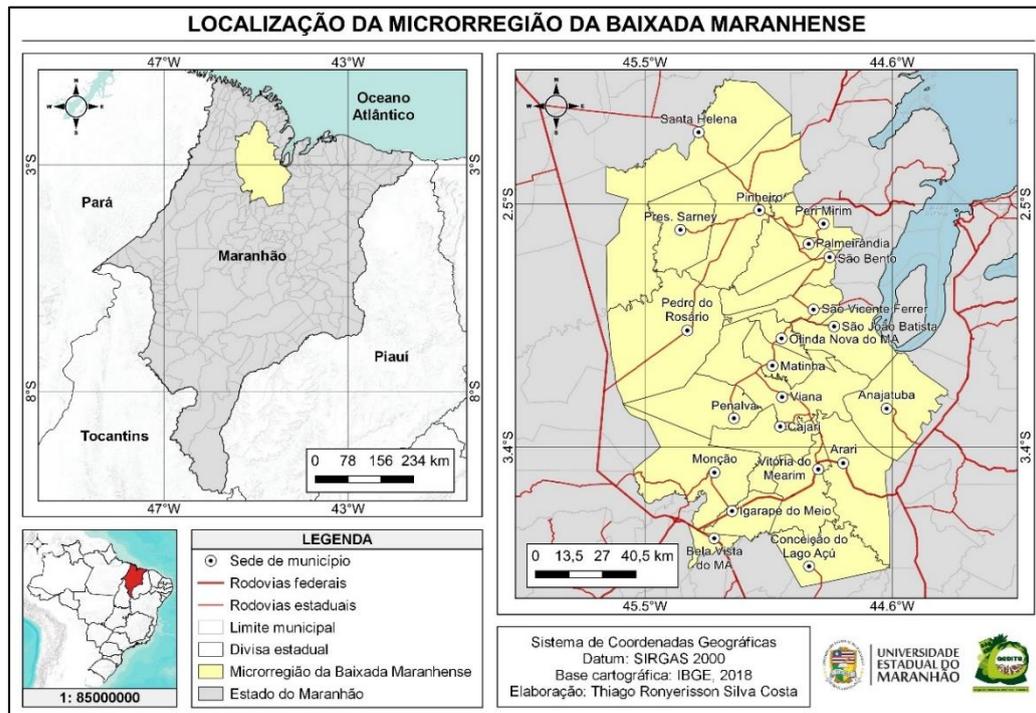
A microrregião da Baixada Maranhense: Entre culturas agrícolas, contrastes na produção e os impactos socioeconômicos

Caracterização da área de estudo

A microrregião da Baixada Maranhense localiza-se na mesorregião Norte Maranhense, é uma das 21 microrregiões do Maranhão. Abrange uma área equivalente a 17.579 km² equivalente a 5,30% da área total do estado, possui uma população estimada em 604.310 habitantes, que representa 8,49% da população absoluta do estado (IBGE, 2020). Conforme dados do Censo Demográfico (IBGE, 2010), 249.493 habitantes residem na zona urbana e 315.868 habitantes residem na zona rural, o que faz desta a quarta microrregião do estado com o maior quantitativo de pessoas que tem no campo a sua moradia. Entretanto, levando-se em consideração os últimos três Censos Demográficos, a população rural registra queda de cerca de 14,55%, seguindo-se aos cenários observados a nível estadual e nacional.

À vista disso, apresenta imensa diversidade ecológica, com destaque para seus campos e planícies inundáveis, compõe o Sítio Ramsar da Área de Proteção Ambiental da Baixada Maranhense, segundo a Convenção de Ramsar, sendo reconhecida sua importância no ano de 2000. É banhada pelas bacias dos rios Turiaçu, Pericumã, Mearim e Pindaré, estes dois últimos figuram entre os principais rios do estado, ambos são importantes para a pesca e o abastecimento de água nos municípios próximos, salienta-se que o cultivo das culturas de arroz e mandioca é praticado principalmente nos pequenos povoados próximos as margens destes rios. Desta forma, o mapa 1 a seguir ilustra a localização da microrregião da Baixada Maranhense no estado do Maranhão e os municípios que a compõe.

Mapa 1



Fonte: Elaborada pelos autores, 2021.

Conforme evidencia-se no mapa, a divisão microrregional fixada pelo IBGE (2018), estabelece que a microrregião da Baixada Maranhense integra 21 municípios, sendo eles: Anajatuba, Arari, Bela Vista do Maranhão, Cajari, Conceição do Lago-Açu, Igarapé do Meio, Matinha, Monção, Olinda Nova do Maranhão, Palmeirândia, Pedro do Rosário, Penalva, Peri Mirim, Pinheiro, Presidente Sarney, Santa Helena, São Bento, São João Batista, São Vicente Ferrer, Viana e Vitória do Mearim. Ainda confunde-se os municípios de Bacurituba, Bequimão, Cajapió, Cedral, Central do Maranhão, Cururupu, Guimarães, Mirinzal, Porto Rico do Maranhão e Turilândia como pertencentes a microrregião da Baixada Maranhense, entretanto, estes integram outras microrregiões do Maranhão.

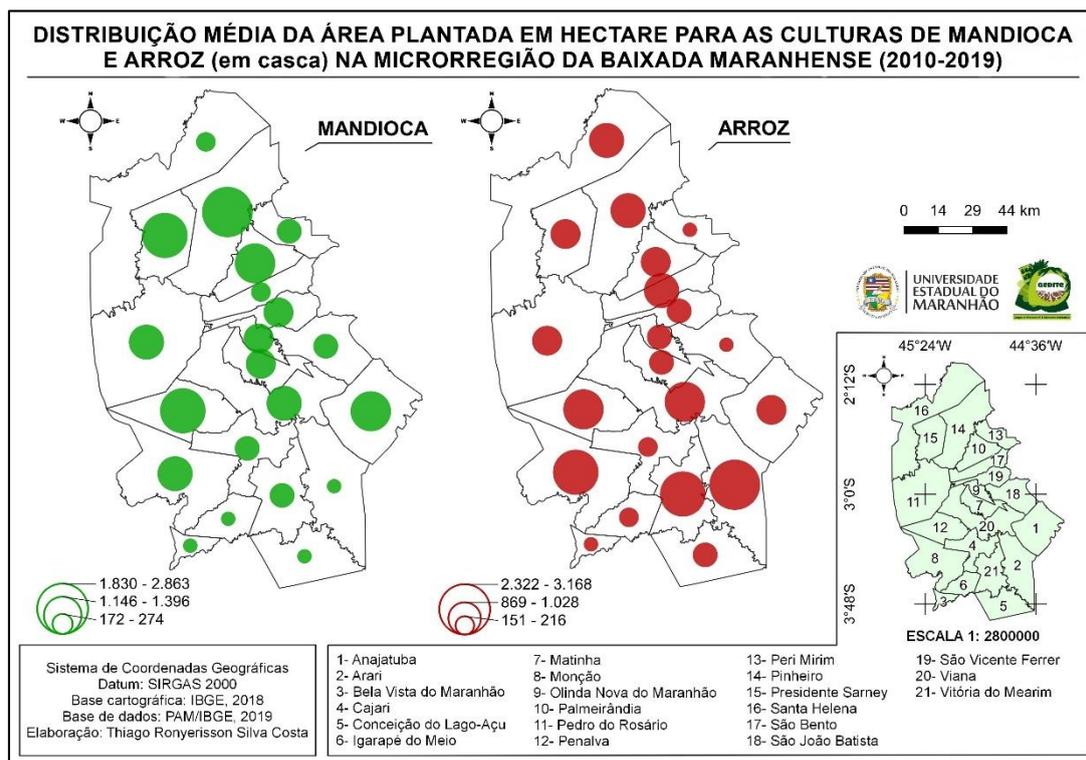
Tem como centro regional, conforme classificação da Rede de Influência de Cidades de 2018 (REGIC/IBGE, 2018), a sede do município de Pinheiro, sendo este Centro Sub-Regional “B”, com cerca de 83.777 habitantes segundo expectativa do IBGE (2020). Localizando-se as

margens do rio Pericumã e a 120 km da capital do estado, São Luís, destaca-se pelas atividades de prestação de serviços públicos e privados e a agropecuária. Ainda de acordo com dados da REGIC, os outros 20 municípios da microrregião figuram como centro de zona, estes possuem população que varia entre 7.528 habitantes e 52.649 habitantes.

As principais culturas agrícolas da Microrregião da Baixada Maranhense

A agricultura é uma das principais atividades econômicas do Maranhão, constitui um setor importante para a produção de alimentos, geração de emprego e renda. O Maranhão produziu 8.477.941 toneladas em uma área plantada de 1.722.710 hectares entre culturas permanentes e temporárias, logrando um rendimento médio de 4.921 kg/ha com destaque para as culturas da soja, milho, feijão, mandioca e arroz, estas duas últimas com participação de 7,31% no total produzido e 8,89% do total da área plantada no estado (PAM/IBGE, 2019). Na microrregião da Baixada Maranhense o arroz e a mandioca figuram entre as principais culturas cultivadas com 84,21% do total produzido e 68,83% da área plantada (PAM/IBGE, 2019). Com isso, o mapa 2 a seguir evidencia a distribuição média da área destinada ao cultivo do arroz e da mandica na microrregião no período de 2010 a 2019.

Mapa 2



Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

Conforme os dados do PAM/IBGE (2019), os estudos sugerem que a distribuição média da área destinada a produção para as duas principais culturas cultivadas na microrregião da Baixada Maranhense foram de 1.001 (ha/ano) para o arroz (em casca) e 1.036 (ha/ano) para a mandioca. No período entre 2010 e 2019, destacam-se na área destinada para produção de mandioca os municípios de Pinheiro com 2.836, Penalva com 1.830 e Presidente Sarney com 1.726 hectares. Em relação ao arroz (em casca), destacam-se os municípios de Arari com 3.168, Vitória do Mearim com 2.322 e Monção com 1.979 hectares. Evidencia-se ainda que na Baixada Maranhense, o período chuvoso é de seis a sete meses (entre dezembro e meados de julho) o que permite aos produtores realizarem uma safra anualmente, ainda assim, alguns agricultores já planejam duas safras a cada ano, o que posteriormente ocasiona em um aumento

da produção e da renda das famílias (IMESC, 2019).

Observa-se que os municípios que localizam-se na porção sul da microrregião possuem maior parte de sua área destinada ao cultivo do arroz, quando comparado a mandioca, devido a sua localização nos vales dos rios Mearim e Pindaré, onde o cultivo é irrigado por inundação o que propicia o aumento da produção. Por outro lado, a mandioca aparece como a principal fonte de renda dos pequenos proprietários, pois além de apresentar maior resistência à seca, possui um ciclo mais longo, que propicia uma vantagem maior de recuperação perante as demais culturas anuais como, arroz, milho e feijão (IMESC, 2019). Contudo, Pinheiro (2019) afirma que quando comparado a cadeia produtiva do arroz, a mandioca enfrenta um grande gargalo, por possuir baixo valor agregado, visto que em muitas comunidades, a distribuição é dificultada pela disponibilidade de transportes e pela precariedade das estradas vicinais.

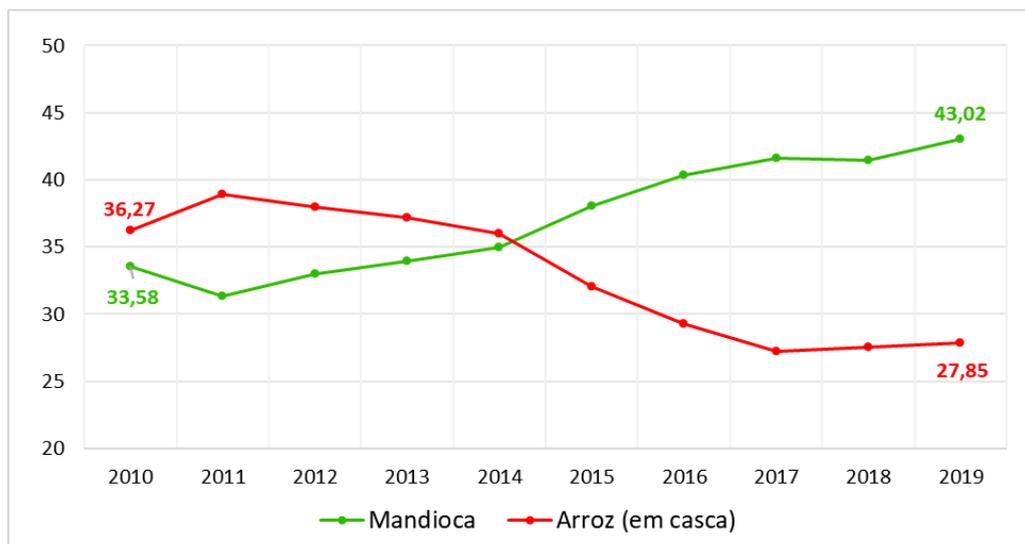
Os fatores dos contrastes na produção

A base econômica do Maranhão ainda está centrada em uma agricultura tradicional, caracterizada pela agricultura familiar. Entretanto, segundo Sodré (2017) o estado possui um perfil de distribuição de terras extremamente concentrado, com 32.647 ou 14,86% dos estabelecimentos da agricultura não familiar, ocupando 8.458.170 hectares, 69,11% da área total dos estabelecimentos agropecuários, por sua vez a agricultura familiar possui 187.118 estabelecimentos ou 85,14% da área total, mas ocupando apenas 3.780.319 hectares ou 30,89% do total (IBGE, 2017).

Em relação ao cenário da microrregião da Baixada Maranhense, a concentração fundiária não muda, visto que 4.363 estabelecimentos ou 13,26% do total, ocupam 228.345 hectares, por sua vez, a agricultura familiar possui 28.530 estabelecimentos ou 86,74% e ocupa uma área de 216.513 hectares (IBGE, 2017). A área ocupada é equiparável, porém, quando observa-se a área média em hectares destinados aos estabelecimentos, os de origem não familiar ocupam 52,33 hectares frente a 7,58 hectares ocupados pela agricultura familiar. Com isso, Mesquita (2011) explica que a crise agrícola e agrária que permanece há gerações é o resultado

da consolidação da concentração fundiária e o abandono de microprodutores/ minifúndios e não-proprietários pela política dos diferentes governos, a nível nacional e estadual. Diante disso, o Gráfico 1 a seguir, evidencia o percentual total por área plantada para as culturas de arroz e mandioca no período de 2010 a 2019.

Gráfico 1: Percentual da área plantada de mandioca e arroz em casca no período de 2010 a 2019



Fonte: PAM/IBGE, 2019.

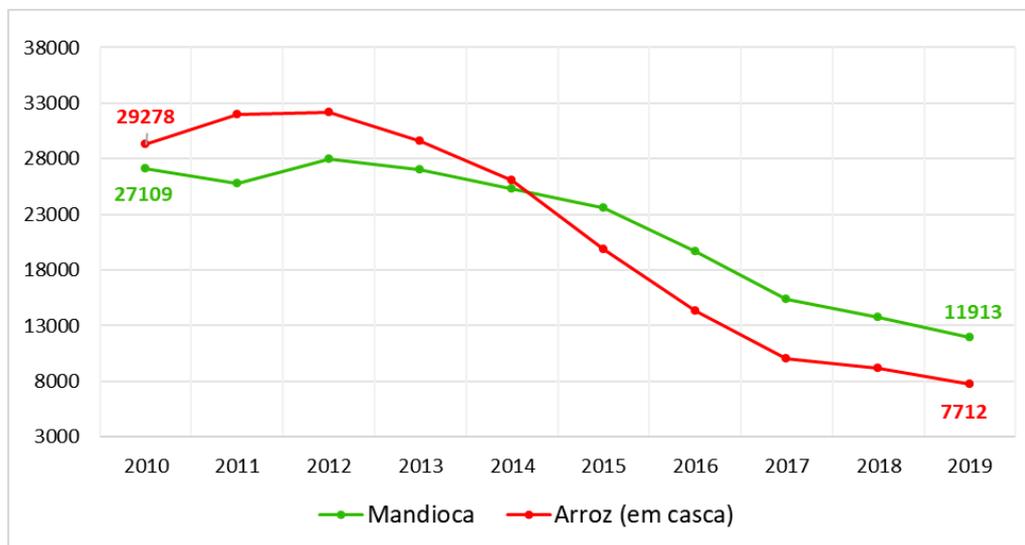
Nota-se que, a partir do ano de 2011, o cultivo de arroz apresenta uma leve queda frente ao cultivo da mandioca, em 2015 com o início da crise econômica nacional, o cultivo de arroz apresenta uma queda considerável quando comparado a mandioca. Em suma, isso deve-se a situação fiscal do Estado e sua capacidade em continuar a financiar o exíguo existente das políticas voltadas para à agricultura familiar. Contudo e em maior nível, o processo de *impeachment* deflagrado em 2016 e a entrada de um governo mais retrógrado que aquele da presidenta Dilma Rousseff, precisou apenas de uma semana para demonstrar sua vontade em retroceder drasticamente as poucas políticas para os pequenos produtores rurais, com a extinção, por exemplo, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (COSME, 2016).

Nesse sentido e em conjunto a distribuição da renda, tem-se o processo de esvaziamento

da produção familiar no campo. O índice de Gini para 2019 no Maranhão aponta 0,530, onde o máximo é um, com sucessivos aumentos registrados partir de 2015, essa desigualdade, sozinha, é parte considerável dos problemas, dentre eles o “atraso” da agricultura familiar e o estágio crônico de pobreza em que se condenam milhares de pequenos agricultores (MESQUITA, 2011). A partir disso, Girardi e Fernandes (2008) afirmam que as desigualdades sociais e regionais resultantes da concentração da riqueza, os problemas da questão agrária, relativos à vida e produção no campo, compõem o conjunto de questões estruturais que barram um outro modelo de desenvolvimento, mantendo suas características contraditórias em favor de um pequeno número privilegiado que detém os meios de produção e controla a política e as finanças.

Assim, evidencia-se no Gráfico 2 a seguir a redução da área plantada para as culturas de mandioca e arroz no Maranhão para o período entre 2010 e 2019.

Gráfico 2: Área plantada (hectare) para as culturas de mandioca e arroz em casca no período de 2010 a 2019



Fonte: PAM/IBGE, 2019.

O cultivo da mandioca na microrregião da Baixada Maranhense é responsável por 19,45% de participação em relação a área plantada nas 21 microrregiões do estado, com 11.913

(ha) destinados ao cultivo (PAM/IBGE, 2019). Apesar disso, observa-se uma queda acentuada a partir de 2015, em um número menor quando comparado a cultura do arroz e, como resultado, cita-se a redução do número de trabalhadores rurais ligados ao cultivo do arroz, que migraram para o cultivo da mandioca ou abandonaram o campo em busca de trabalho nos centros urbanos, inclusive, em outros estados e redução da população agrícola.

Outro fator está ligado a não continuidade dos jovens no trabalho do campo, tradicionalmente passada dos pais para seus filhos. Esse último processo está intimamente ligado a questão agrária, pois ela nunca foi resolvida e sempre foi postergada, por todos os governos nacionais. Para Sodré (2017), a questão agrária é o resultado das contradições estruturais do capitalismo enquanto produtor da concentração de riqueza e pobreza, que por sua vez impossibilita a saída para essa questão, dando continuidade a esta por meio de seu paradoxo (o movimento da questão agrária). Para o capital, a solução da questão agrária passa pela inserção dos mecanismos ligados ao agronegócio, integrando e tecnificando a agricultura familiar (Ibidem, 2017).

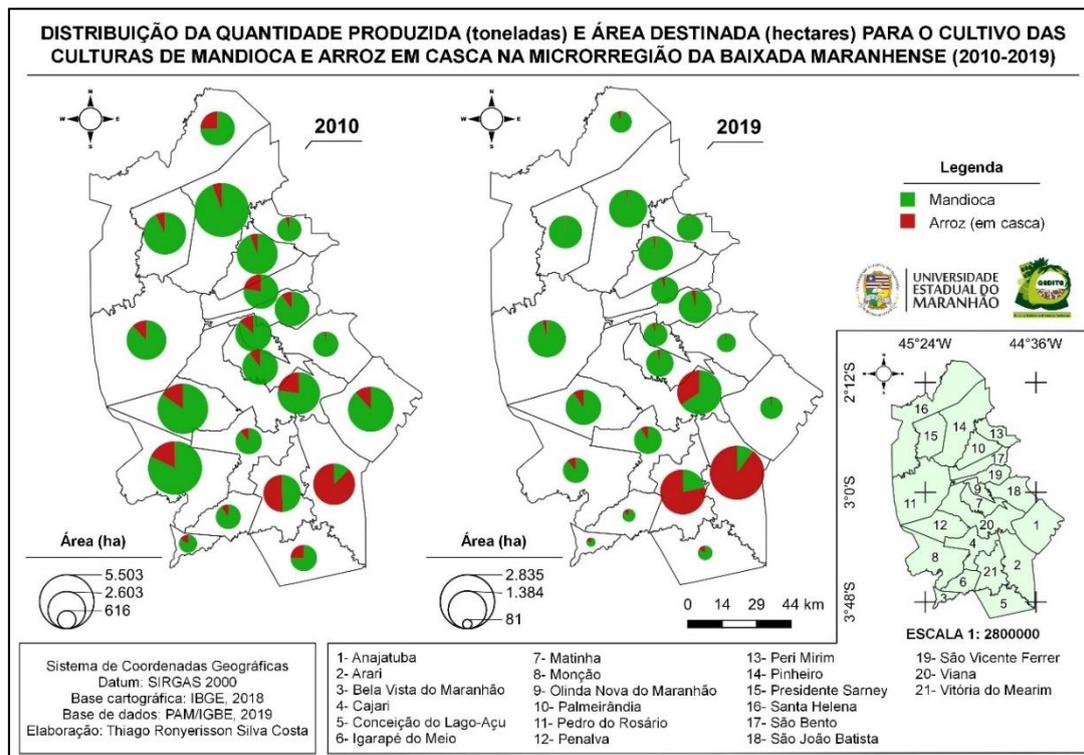
Impactos socioeconômicos

As relações desiguais no campo maranhense estão ligadas a todo o processo histórico de formação do espaço maranhense, seja pela configuração socioespacial litorânea, seja pela do sertão, uma vez que a elite agrária sempre se beneficiou da terra e em último caso, junto ao avanço dos projetos desenvolvimentistas de meados da década de 1970 e ao agronegócio da soja com apoio dado pelo Estado. Com isso, o Maranhão constitui a unidade da federação que hoje ocupa uma das últimas posições em termos de melhoria dos seus indicadores sociais e da renda per capita. Assim, Mesquita (2011) afirma que o atraso da economia maranhense está associado justamente à sua estrutura agrária e às formas de relações sociais predominantes desde o início da sua configuração territorial.

Diante disso, a Baixada Maranhense é a microrregião que concentra o maior número de pessoas ocupadas na agricultura familiar, com 15,46% de participação no total geral do estado,

com 28.004 pessoas ocupadas é também a região com o maior número de pessoas ocupadas na agricultura não familiar, com 4.141 pessoas ou 13,67% do total. Contudo, a fome se faz presente e a população rural é a que mais sofre com a desnutrição, apesar da produção de alimentos existente e pela Baixada Maranhense ser a microrregião que concentra a maior produção de culturas ligadas ao auto sustento no estado. Isto posto, o mapa 3 a seguir, evidencia a distribuição da produção e área plantada para as culturas de arroz e mandioca para o período de 2010 a 2019.

Mapa 3



Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

A produção de arroz apresenta queda em todos os municípios, para o período em análise, exceto no município de Vitória do Mearim, no entanto, a área destinada ao cultivo para ambas as culturas apresenta queda quando comparado a quantidade produzida e a área plantada.

Observa-se que o rendimento médio da produção de arroz é instigado pelas particularidades de armazenagem local e nível de endividamento do produtor, visto que grande parte das áreas cultivadas, pertencem a produtores que não possuem assistência técnica adequada (SANTIAGO 2017). Por sua vez, tais fatores supracitados influenciaram na queda da produtividade de arroz nos últimos anos, pois os custos ficam muito elevados para atingir uma estabilidade em termos de teto de produtividade, o qual não conduz o benefício esperado para o pequeno produtor que já possui outros problemas como: irregularidades fundiárias, oferta de crédito a juros baixos, maquinário e ferramentas adequadas, grande dificuldade para aquisição de insumos e assistência técnica deficitária (Ibidem, 2017).

Por outro lado, a mandioca possui um sistema de cultivo que inicia-se em janeiro, quando as chuvas tornam-se frequentes, caracterizando o período chuvoso que vai até meados de julho. Por ser do tipo de cultivo “roça no toco”, sem uso de tecnologia, apresenta baixa produtividade. Entretanto, o mesmo não acontece com as chamadas “rocinhas”, plantadas em junho (final das chuvas), em sistema de monocultura, mesmo sem uso de tecnologias modernas, as rocinhas apresentam um aumento considerável de produtividade, a qual varia de 15 a 18 t/ha, pois neste modelo evita-se a concorrência nutricional desordenada entre as culturas (como acontece no sistema consorciado do arroz, milho e mandioca). Com isso, uma correta aplicação de políticas fundiárias deve propor o uso de tecnologias sustentáveis em relação ao ambiente natural, pouco presente até o momento, pois implica compromissos com opções tecnológicas alternativas e significa estruturar a rede ou o sistema de distribuição dos produtos, (re)organizando o mercado (GEHLEN, 2009).

Embora seja comprovada a maior rentabilidade da monocultura, o agricultor é obrigado a adotar o sistema consorciado por vários fatores, entre os quais se destaca a questão da terra. Como são poucas as áreas hoje destinadas à agricultura familiar, os pequenos agricultores tentam tirar o máximo proveito do que resta com outras culturas, prejudicando consequentemente a produtividade da mandioca. Assim, a baixa produtividade da mandioca ocorre por meio de vários fatores limitantes: de ordem agrônômica; o tipo de consórcio com

outras culturas anuais; colheita realizada em função do consumo familiar e da geração imediata de renda; manejo inadequado e conservação do solo e problemas de ordem fitossanitários (PINHEIRO, 2019).

Neste contexto, as oportunidades oferecidas aos pequenos produtores como consequência dessas mudanças estruturais são muitas e variadas, entre as quais, o vínculo de suas marcas a produtos do comércio justo, da produção orgânica, étnica, mas também a possibilidade de ofertar produtos frescos e com melhores preços nos vários canais de comercialização identificados. Na realidade, essas oportunidades se traduzem atualmente mais na “potencialidade” de os pequenos agricultores participarem nos novos canais de comercialização existentes (incluindo os Mercados Institucionais por meio de políticas públicas, tais como o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar), que estão crescendo e são mais exigentes em termos de qualidade e logística, mas que podem, com frequência, remunerar melhor os produtos e oferecer menor risco no tocante à instabilidade de venda.

Considerações finais

Em vista dos argumentos descritos, evidencia-se o aumento relativo da produção e área destinada ao cultivo da cultura da mandioca em relação a cultura do arroz, processo este que, denota de problemas resultantes da limitação das terras agricultáveis pertencente aos pequenos agricultores que, por sua vez, carecem de acesso as técnicas que propiciem o aumento da produção e da produtividade, políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento da agricultura familiar. Uma vez que, este setor compreende grande relevância para o desenvolvimento regional junto a produção de alimentos e por fim, o avanço da área destinada a pecuária extensiva, onde o capital prevalece ligado aos interesses dos grandes pecuaristas, quando observa-se os lucros que procedem desta atividade.

É possível destacar a produção da cultura de mandioca como uma das fontes principais de sustento e renda para os pequenos agricultores e suas famílias na microrregião da Baixada

Maranhense. Evidencia-se a qualificação do trabalho, técnicas de produção e área de cultivo, que em sua maioria é utilizado junto a outras culturas e com isso, indicam que a produção pode ser mais competitiva em termos de mercado, mesmo ocupando uma área bem menor e, em grande parte, mal localizada. Quanto ao cultivo do arroz que vem perdendo espaço ao longo dos últimos anos, uma das possíveis soluções, trata-se em desenvolver mecanismos de beneficiamento e comercialização que proporcionem maior lucro, tendo em vista o custo para manutenção deste tipo de cultura.

Com isso, percebe-se a necessidade do desenvolvimento de ações coletivas que propiciem o auxílio na construção de modelos de produção adaptados à realidade da agricultura familiar local com intuito de minimizar as desigualdades no meio rural e aumentar a renda dos pequenos produtores. Outro ponto em destaque, é a carência de linhas de crédito rural a longo prazo e a juros mais baixos para investimento na produção, modalidade que não é habitual, em vista que além de crédito que não atende às necessidades dos pequenos produtores, eles enfrentam ainda maior resistência para consegui-lo, pois não conseguem oferecer garantias.

Referências

COSME, Claudemir Martins. **Os governos do PT e os descaminhos com a questão agrária no Brasil: contribuições para o diálogo polêmico, necessário e imprescindível à classe trabalhadora.** Rev. Pegada, v. 17, n. 1, p. 312-343, jul. 2016. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/4467>> (consulta: 10/07/2021).

GABOARDI JUNIOR, Alcides. A IMPORTÂNCIA DA PRODUÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR. In: 2ª JORNADA QUESTÃO AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO, 2., 2013, Paraná. **Anais...** . Paraná: Ufpr, 2013. Disponível em: <<http://www.jornadaquestaoagraria.ufpr.br/trabalhos/uploads/trabalho2ujornada.pdf>>. (consulta: 27/07/2021).

GEHLEN, Ivaldo. **Políticas públicas e desenvolvimento social rural.** Rev. São Paulo Perspectivas, São Paulo, vol. 18, n. 2, abr./jun. 2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/spp/a/fC3c7q6pWCFJdWTtdjgZTRs/abstract/?lang=pt>> (consulta: 18/07/2019).

GIRARDI, Eduardo Paulon; FERNANDES, Bernardo Mançano. **A luta pela terra e a**



política de assentamentos rurais no Brasil: a reforma agrária conservadora. Rev. Agrária, n. 8, p. 73-98, 2008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/157> (consulta: 10/07/2021).

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE Cidades. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>> (consulta: 05/07/2021).

_____. Censo 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/>> (consulta: 10/07/2021).

_____. Produção Agrícola Municipal (PAM). Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>> (consulta: 10/07/2021).

_____. **Regiões de Influência de Cidades de 2018 (REGIC)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/apps/regic/>> (consulta: 15/07/2021).

IMESC – INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS. Disponível em: <<http://imesc.ma.gov.br/portal/Home>> (consulta: 05/07/2019).

JUNQUEIRA, Clarissa Pereira; LIMA, Jandir Ferrera. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil**. Semana de Ciências Sociais e Humanas, Londrina, v. 29, p. 159-176, jul/dez. 2008. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/207>> (consulta: 12/07/2019).

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. 25 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MESQUITA, Benjamin Alvino de Mesquita. **O desenvolvimento desigual da agricultura: a dinâmica do agronegócio e da agricultura familiar**. São Luís: EDUFMA, 2011.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. **Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil**. Rev. Economia e Sociologia Rural, Brasília, v. 52, 2014.

PINHEIRO, José Carlos Durans. **A realidade da mandioca no Maranhão**. 2 ed. São Luís: Editora Pascal, 2019.

SANTIAGO, Carlos Martins. **Planeta arroz: Maranhão o despertar de um gigante**. Disponível em: <https://www.planetaarroz.com.br/artigos/225/_Maranhao_o_despertar_de_um_gigante> (consulta: 15/07/2019).

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SODRÉ, Ronaldo Barros. **O Maranhão Agrário: dinâmicas e conflitos territoriais**. São Luís/MA, 2017. 211 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço (PPGEO), Universidade Estadual do Maranhão. São Luís: 2017.

SOUSA, Igor Breno Barbosa de. **PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: Uma análise de dados sobre a estrutura, dinâmica e acesso no município de São Luís – MA de 2014 a 2018**. 2020. 174 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Desenvolvimento Socioespacial e Regional, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2020.